

Debruçando-se sobre feito e circunstanciados os documentos que dele constam, percebo que a alegação do ente federativo é procedente.

É importante ressaltar que o cerne do litígio não está no reconhecimento acerca do caráter interpretativo do disposto no art. 11, da Instrução Normativa RFB n. 900/2008 ou, ainda, na retroação ou não dos seus efeitos aos pedidos de compensação formulados sob a disciplina da Instrução Normativa SRF n. 600, de 28 de dezembro de 2005.

Aliás, nas razões apontadas pela autoridade fiscal ao indeferimento do pedido de compensação não há qualquer referência nesse sentido, estando a negativa centrada na *inexistência de crédito disponível porque a autora já teria aproveitado integralmente o suposto indébito no momento em que apresentou a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIP* (evento 1, INT4, fls. 7/52, INT5, fls. 7/44).

Vale mencionar que, com a edição da Solução de Consulta Interna Cosit 19, de 5 de dezembro de 2011, as questões foram solvidas em definitivo, com a fixação, inclusive, de parâmetros temporais acerca da aplicabilidade dos efeitos do novo entendimento trazido pela Instrução Normativa n. 900/2008. O ato de orientação foi assim ementado (evento 1, PARECER_MPF3):

Assunto: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO ESTIMATIVAS. PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR. RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO.

O art. 11 da IN RFB n° 900, de 2008, que admite a restituição ou a compensação de valor pago a maior ou indevidamente de estimativa, é preceito de caráter interpretativo das normas materiais que definem a formação do indébito na apuração anual do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aplicando-se, portanto, aos PER/DCOMP originais transmitidos anteriormente a 1° de janeiro de 2009 e que estejam pendentes de decisão administrativa.

Caracteriza-se como indébito de estimativa inclusive o pagamento a maior ou indevido efetuado a este título após o encerramento do período de apuração, seja pela quitação do débito de estimativa de dezembro dentro do prazo de vencimento, seja pelo pagamento em atraso da estimativa devida referente a qualquer mês do período, realizado em ano posterior ao do período da estimativa apurada, mesmo na hipótese de a restituição ter sido solicitada ou a compensação declarada na vigência das IN SRF n° 460, de 2004, e IN SRF n° 600, de 2005.

A nova interpretação dada pelo art. 11 da IN RFB n° 900, de 2008, aplica-se inclusive aos PER/DCOMP retificadores apresentados a partir de 1° de janeiro de 2009, relativos a PER/DCOMP originais transmitidos durante o período de vigência da IN SRF n° 460, de 2004, e IN SRF n° 600, de 2005 desde que estes se encontrem pendentes de decisão administrativa.

A alegação da autoridade fiscal é procedente, bastando examinar a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ apresentada pela autora para o ano-fiscal 2008 para comprovar que, embora não tenha utilizado os *pagamentos por estimativa* para compensação - o que, de fato era vedado pela Instrução Normativa n. 600/2005 - efetuou a dedução total dessa quantia por ocasião do ajuste anual, fazendo repercutir o indébito na apuração dos valores dos tributos a pagar (evento 1, RELT6, fl. 26, linha 17 - *Imp. de Renda*

Mensal Pago por Estimativa e fl. 31, linha 59 - CSLL Mensal Paga por Estimativa)

Ora, se na vigência da disciplina da IN SRF n. 600/2005 a autora optou em manter os recolhimentos a maior ou indevidos para compor o ajuste anual da declaração, é certo que a modificação no entendimento trazido pela IN RFB n. 900/2008 não repercute sobre os eventuais créditos que poderia formar a partir da compensação antecipada.

Em outras palavras, a legislação tributária vigente à época do recolhimento vedava a compensação do pagamento de estimativa mensal da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL antes da entrega da Declaração de Ajuste Anual (DIPJ).

A referida legislação, no em tanto, não impedia que esse pagamento fosse utilizado na composição do saldo negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ ou Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do período. E essa foi a opção da autora.

Em sua contestação, a União transcreve a informação fiscal apresentada por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil nos autos do processo administrativo judicial 11926.720461/2013-18, referente a presente ação, que aqui também reproduzo para bem esclarecer a situação (evento 10, CONT6, fls. 12/13):

De modo a justificar a nossa tese, suponhamos, então, que um contribuinte X, sujeito à tributação com base no lucro real e optante da apuração do IRPJ de acordo com o art. 2º da Lei nº 9.430/1996, tenha calculado estimativa de R\$ 100,00, para todos os meses do ano calendário 2010, e procedido ao pagamento mensal da quantia de R\$ 200,00, para todos os meses do referido ano calendário. No final do exercício, este contribuinte apura o Lucro Real e verifica que o IRPJ devido, no ajuste, perfaz a quantia de R\$ 2.000,00. Em tal exemplo, o contribuinte X, para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar no ajuste, promove a dedução somente das quantias devidas a título de estimativa em face do IRPJ anual devido, as quais, no presente caso, equivaleria ao montante de R\$ 1.200,00 (12 x R\$ 100,00).

Assim, o IRPJ a pagar será de R\$ 800,00, que representa o resultado do IRPJ apurado sobre o lucro real em 31 de dezembro subtraído das estimativas devidas (R\$ 2.000,00 - R\$ 1.200,00 = R\$ 800,00). Em relação às quantias que excederam as estimativas devidas, cuja monta perfaz a quantia de R\$ 1.200,00, é possível, com base norma extraída do art. 11 da Instrução Normativa RFB 900, de 30 de dezembro de 2008, referido valor receber o tratamento de indébito tributário e, conseqüentemente, ser compensado ou restituído, nos termos do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, visto que tal valor não consta do cômputo na apuração ao final do ano calendário de 2010.

Ocorre, entretanto, que a situação da CASAN não é idêntica à situação acima exemplificada, sendo, neste particular, que reside o equívoco da parte autora. Visualizemos, então, um outro exemplo, cujo 'modus operandi' é análogo àquele constante dos autos: o contribuinte Y, também sujeito à tributação com base no lucro real, opta pela apuração do IRPJ na forma do art. 2º da Lei nº 9.430/1996. Este contribuinte calcula estimativa de R\$ 100,00, para todos os meses do ano calendário 2007, e procede aos pagamentos mensais das quantias de R\$ 200,00, para todos os meses do referido ano calendário. No final do exercício, é apurado lucro real e o IRPJ devido perfaz a quantia de R\$ 2.000,00, sendo assim o contribuinte Y promove, por ocasião do ajuste, a dedução do total de R\$ 2.400,00 (total das estimativas - sejam elas devidas, sejam elas a maior), em face da quantia devida a título do IRPJ anual, o que

resulta na apuração de Saldo Negativo de IRPJ na monta de R\$ 400,00 (R\$ 2.000,00 - R\$ 2.400,00 = - R\$ 400,00). Ao agir assim, o contribuinte exercitou o direito à opção do regime de compensação nos moldes do art. 10 da Instrução Normativa SRF 600/2005, aproveitando-se dos supostos créditos no próprio ajuste. Tanto é assim que o resultado de tal procedimento lhe oportuniza Saldo Negativo de IRPJ (R\$ 400,00). Do contrário, caso este mesmo contribuinte tivesse optado pela dedução do IRPJ devido apenas das estimativas devidas, aí sim ser-lhe-ia legítimo cogitar do tratamento versado na Solução de Consulta Interna COSIT nº 19, de 5 de dezembro de 2011, com a aplicação retroativa de tal entendimento disciplinado pela IN RFB 900/2008.

Para concluir, façamos a indagação: seria justo o contribuinte Y, de acordo com a situação acima posta, além de promover o aproveitamento dos supostos créditos decorrentes de estimativas recolhidas a maior no ajuste, as quais repercutiram na ausência de IRPJ a pagar, bem como CSLL a pagar, para o ano calendário 2007, aproveitar-se desses 'supostos' créditos, utilizando-os também em DCOMP como se indébito fossem? Ratificamos o entendimento pela impossibilidade. É evidente que há aproveitamento em duplicidade. Entender o contrário, a nosso ver, daria respaldo à má fé e ao intento de ludibriar a Fazenda Nacional com a oneração em duplicidade na apuração do IRPJ.

De fato, a se admitir que possa a autora, em virtude do novo entendimento dado pelo Fisco, requerer a compensação dos pagamentos por estimativa, é certo que estaria sendo beneficiada em duplicidade, valendo-se, ao mesmo tempo, da regra que lhe era favorável à época dos fatos e, com a sua revogação, também do regramento que mais lhe convém.

Sendo assim, não vislumbro qualquer ilegalidade nas glosas apostas pela autoridade fiscal quanto à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, restando mantidas as decisões que não homologaram as compensações requeridas pela autora.

Vale ainda referir que, com o reconhecimento da imunidade tributária da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN em relação ao Imposto de Renda, haverá repercussão sobre as glosas feitas pelo Fisco no que toca às compensações não homologadas da referida exação, o que deverá ser apurado em liquidação de sentença.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente o pedido** apenas para declarar o reconhecimento da imunidade tributária da autora, sendo indevida a cobrança do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ pela União, com efeitos *ex tunc*, tornando inexigíveis os débitos tributários apurados nos processos administrativos n, 10983.904410/2010-49, 10983.904412/2010-38, 10983.904413/2010-82, 10983.904414/2010-27, 10983.904415/2010-71, 10983.904420/2010-84, 10983.904707/2010-12, 10983.904709/2010-01, 10983.904711/2010-72, 10983.904713/2010-61, 10983.904408/2010-70, 10983.904409/2010-14, 10983.904411/2010-93, 10983.904416/2010-16, 10983.904416/2010-61, 10983.904418/2010-13, 10983.904419/2010-50, 10983.904421/2010-29, 10983.904708/2010-59, 10983.904710/2010-28, 10983.904712/2010-17 e 10983.904714/2010-14, apenas no que tocante à referida exação.

Fixo os honorários advocatícios em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Havendo sucumbência em maior grau em desfavor da União, distribuo entre as partes, nessa proporção,

os ônus pertinentes, cabendo à autora o pagamento de 40% (quarenta por cento) dos honorários advocatícios e condeno a ré a pagar 60% (sessenta por cento) da verba em referência, o que faço com fundamento nos arts. 20, § 4º, e 21, ambos do Código de Processo Civil.

Custas *ex lege*.

Sentença sujeita ao reexame necessário pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Na hipótese de interposição de recurso de apelação, aferida a tempestividade e a regularidade do preparo, recebo-o desde logo nos efeitos devolutivo e suspensivo, determinando a intimação da parte contrária para apresentar contrarrazões; após, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Publique-se. Registre-se e intimem-se.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2014.

DIÓGENES TARCÍSIO MARCELINO TEIXEIRA
Juiz Federal Substituto

Documento eletrônico assinado por **DIÓGENES TARCÍSIO MARCELINO TEIXEIRA, Juiz Federal Substituto**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.jfsc.jus.br/gedpro/verifica/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **5767796v23** e, se solicitado, do código CRC **DCD29A54**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): Diógenes Tarcísio Marcelino Teixeira

Data e Hora: 14/02/2014 12:35

Impresso por: 99428725668 - VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO
Em: 26/10/2017 - 16:48:11